

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antonio Olivio Ceron\*  
Rosa Ester Rossini\*\*

### Introdução

Depois da Crise Econômica de 1930 e, sobretudo, depois da Segunda Grande Guerra Mundial, a economia brasileira começou a sentir os efeitos de um processo de grandes mudanças, impulsionado pelo desenvolvimento científico e tecnológico e de ramos industriais mais dinâmicos e complexos. As distâncias entre os lugares seriam encurtadas com o melhoramento das vias de circulação e aumento da eficácia dos transportes e da comunicação.

O Estado tenderia a ampliar, cada vez mais, a sua interferência na economia e, conseqüentemente, na vida dos cidadãos, quase sempre em benefício do capital industrial e urbano. A agricultura brasileira, embora mais tardiamente, também seria afetada pelas transformações em curso, uma vez que o capitalismo industrial e o meio urbano, passaria a comandar, progressivamente, o desempenho do setor agrícola.

A industrialização e a urbanização exigia, cada vez mais, o fornecimento de alimentos e matérias primas agropecuárias e a agricultura necessitava, cada vez mais, de máquinas, fertilizantes, defensivos e serviço para aumentar a sua produção e produtividade e atender ao consumo crescente daqueles bens, em condições de baixos preços ditados pelo capital industrial.

Em resumo, a agricultura brasileira começou a passar por um processo de modernização, isto é, de mudança de suas bases técnicas de produção para se transformar numa atividade cada vez mais intensiva pelo emprego do capital e menos intensiva pelo emprego do trabalho humano e animal.

Como esse processo foi altamente patrocinado pelo Governo, através de suas políticas de desenvolvimento econômico acelerado, sem grandes preocupações com o desenvolvimento social e, considerando que os resultados deveriam ser obtidos no curto prazo, a modernização das atividades industriais e agrárias foi mais acelerada nas regiões e estados brasileiros mais capitalizados, onde o desenvolvimento industrial havia sido mais precoce, como no Centro-Sul do país e, sobretudo, no Estado de São Paulo. Em conseqüência, as mudanças agrárias foram especialmente heterogêneas e seguiram, em linhas básicas, o mesmo sentido do processo industrial de modo que as desigualdades espaciais foram aceleradas, em termos de progresso econômico e social (Martine e Camargo, 1984; Ceron, 1985).

---

\* Universidade Estadual Paulista – UNESP – Brasil.

\*\* Universidade de São Paulo – USP- Brasil.

Um dos aspectos desse modelo de desenvolvimento desigual foi o da definição de um conjunto de relações campo-cidade, cujas dimensões essenciais e interdependentes serão colocadas em relevo neste trabalho. As dimensões básicas dessas relações poderão ser resumidas no seguinte:

o crescimento acelerado da população brasileira começou a diminuir de ritmo a partir dos anos 70;  
o ritmo de crescimento da população urbana foi acelerado, sobretudo, nas grandes cidades;  
decréscimo da importância relativa da população rural, com tendência recente ao decréscimo da população rural total e  
intensificação da mobilidade espacial da população rural.

Crescimento acelerado da população total, com diminuição do ritmo de crescimento a partir dos anos 70

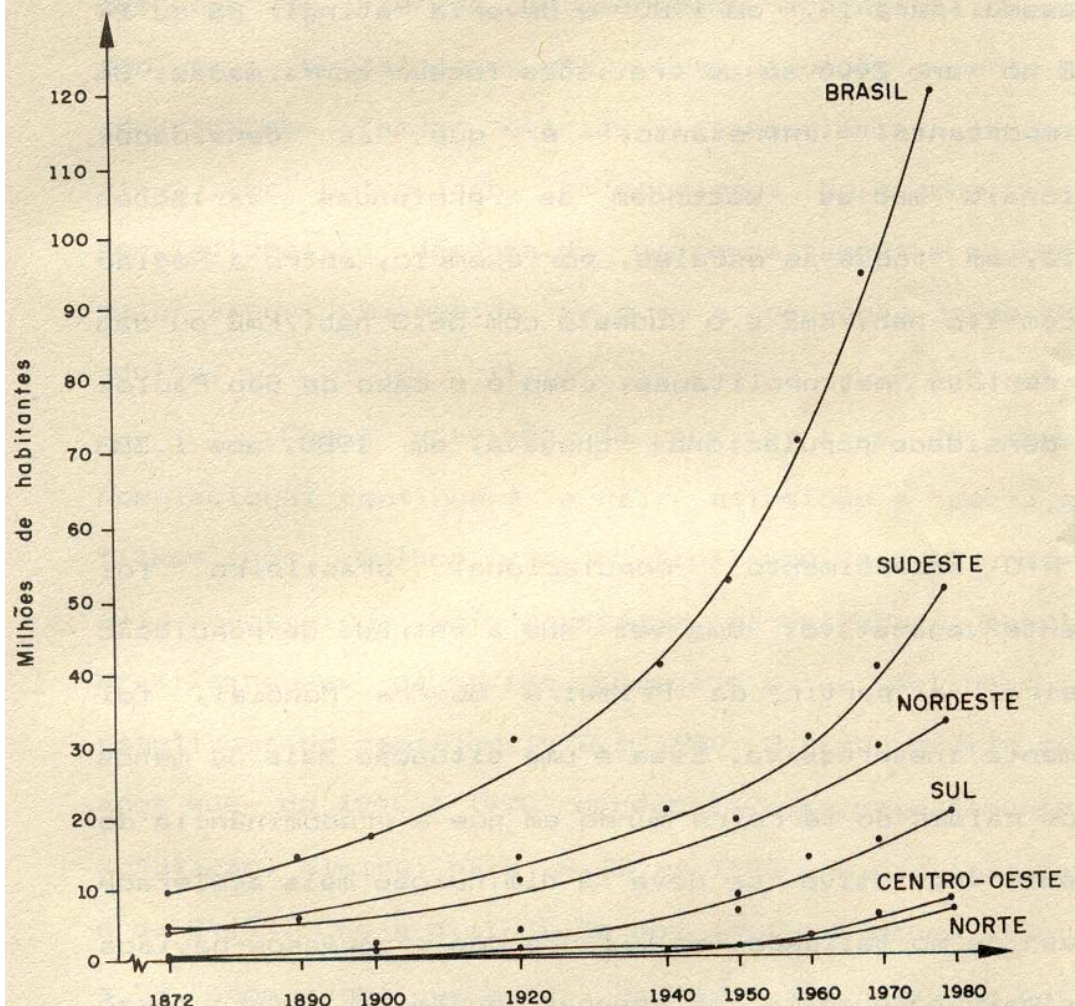
A população brasileira, a exemplo da população da América Latina, teve um crescimento considerável depois da Segunda Guerra Mundial. Nos 50 anos que vão de 1890 a 1940, a população do Brasil foi multiplicada por 2,88 e, nos 40 anos seguintes, por 2,89. Segundo estimativas apresentadas por vários demógrafos em 1978, a população brasileira deveria atingir, no ano 2000, entre 200 e 220 milhões de habitantes, caso fosse mantida a taxa de crescimento de 2,8% ao ano, como na década dos 70, taxa essa que possibilita a duplicação da população a cada 25 anos (figura 1).

Estimativas mais recentes apontam para 147.291.000 habitantes para 1990 com taxa de crescimento anual de 2,1%. Para o ano 2000 a população estimada será de 172.403.000 habitantes com taxa de crescimento anual de 1,6%. Essas tendências denotam considerável queda na taxa de crescimento da população brasileira (Fundação SEADE, 1990).

O crescimento populacional tornou o país, evidentemente, desigualmente ocupado. A densidade populacional média brasileira, que era de 4,8 hab./km<sup>2</sup> em 1940, passou para 14, em 1980 e deveria atingir 23 ou 24 hab./km<sup>2</sup> no ano 2000 se as previsões fossem confirmadas. Um fato importante, entretanto, é que as densidades populacionais médias escondem as profundas variações espaciais, em todas as escalas, por exemplo, entre a Região Norte, com 1,6 hab./km<sup>2</sup> e o Sudeste com 56,3 hab./km<sup>2</sup> ou das grandes regiões metropolitanas, como é o caso de São Paulo, onde a densidade populacional chegava, em 1980, aos 1.583 hab./km<sup>2</sup>.

**FIGURA 1**

BRASIL - POPULAÇÃO  
CENSOS DE 1872 A 1980



Fonte : FIBGE, 1981.

Ricardo - USP/90

O crescimento populacional brasileiro foi basicamente vegetativo, uma vez que a entrada de população estrangeira, a partir da Primeira Guerra Mundial, foi praticamente inexpressiva. Essa é uma situação mais ou menos geral nos países do terceiro mundo em que a predominância do crescimento vegetativo se deve à diminuição mais acelerada das taxas de mortalidade, em virtude dos progressos havidos na medicina, no combate às doenças endêmicas, e progresso nas técnicas sanitárias havido depois da Segunda Grande Guerra (Rossini, 1987).

Comparado com outros países do mundo desenvolvido, a população brasileira é bastante jovem. Dados do IBGE mostram que, em 1970, 42,1% da população total do Brasil tinha menos de 14 anos de idade. Esse grupo de idade somado ao grupo com mais de 64 anos absorvia, naquele ano, 45,24% da população total. Esse é um dado bastante importante uma vez que, como todos sabemos, essa faixa etária corresponde à população relativamente mais dependente e que merece maior atenção relativamente mais dependente e que merece maior atenção, em termos de serviços educacionais, serviços médicos e hospitalares etc. Essa situação aumenta muito os encargos das faixas etárias intermediárias da população ativa. Por outro lado, em condições de grande incremento populacional, a demanda de empregos também é grande e será maior ainda, na medida em que a população jovem se tornar adulta.

Com a previsão de que a taxa de crescimento populacional continuará a cair atingindo a média de 2,5 filhos por mulher até o final do século, esperam-se alterações ainda mais marcantes na estrutura populacional brasileira que já haviam começado a se delinear com os resultados do censo de 1970 e 1980. O grupo etário de 0 a 14 anos que de 1940 a 1970 representava aproximadamente 42% da população, diminuiu para 38,3% em 1980 e a previsão para 1990 é de 34,4%. Com a diminuição dos jovens o grupo etário de 15 a 59 anos ganha um maior destaque. No período de 1940 a 1970, cerca de 52% a 53% da população brasileira encontrava-se nessa faixa etária. Em 1980 esse percentual alcança quase 56%. Para o ano 2000 estima-se que esse grupo etário será o que mais absorverá a perda relativa do grupo jovem, alcançando os 62% da população. Com respeito à população idosa (60 anos e mais) sua participação total passa de cerca de 6,1% em 1980, para 7,2% em 1990 e para 8,3% no ano 2000 (Figura 2; Fundação SEADE, 1990).

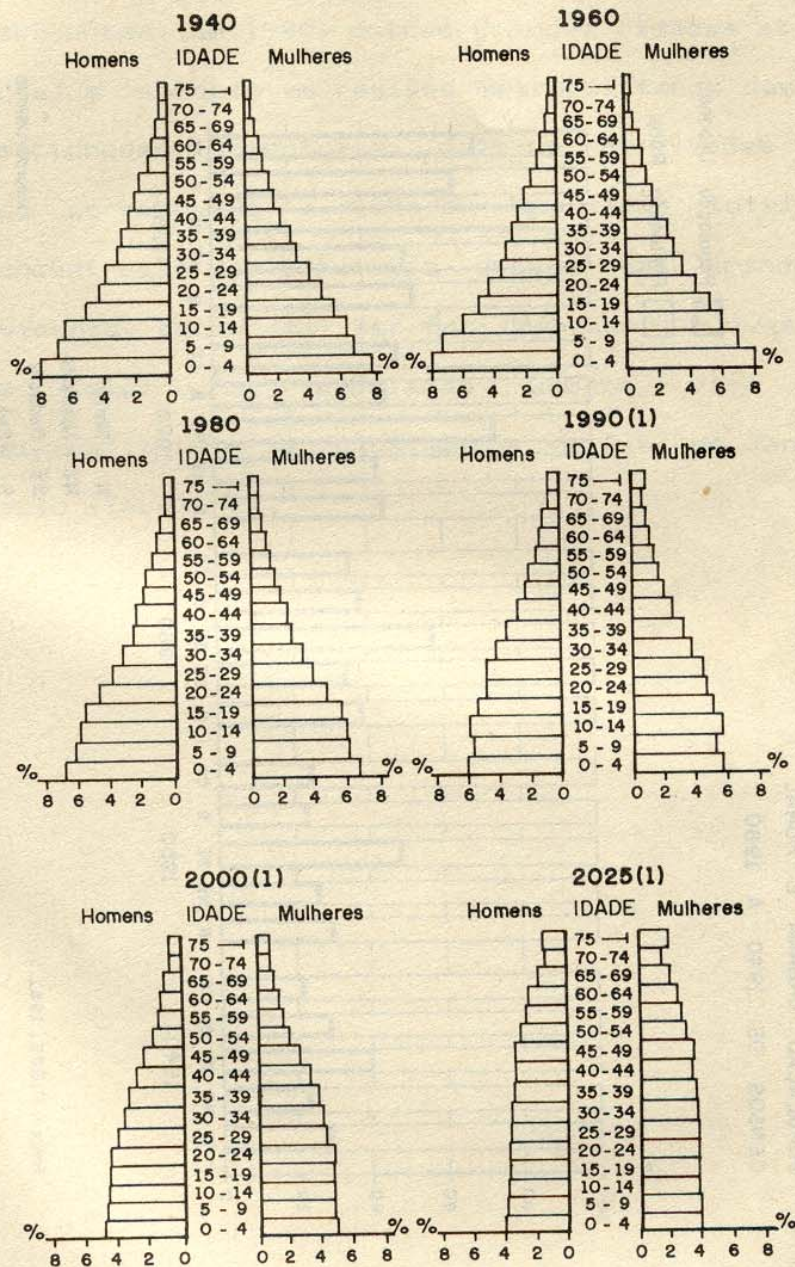
O ritmo de crescimento da população urbana foi acelerado, sobretudo, nas grandes cidades.

O acelerado crescimento demográfico teve maior impacto nas grandes cidades, uma vez que a população urbana cresceu mais rapidamente que o ritmo de crescimento da população total. Assim a população urbana brasileira passou de 13 milhões de pessoas, em 1940, para 82 milhões em 1980 ou seja, cresceu 6,3 vezes em 40 anos.

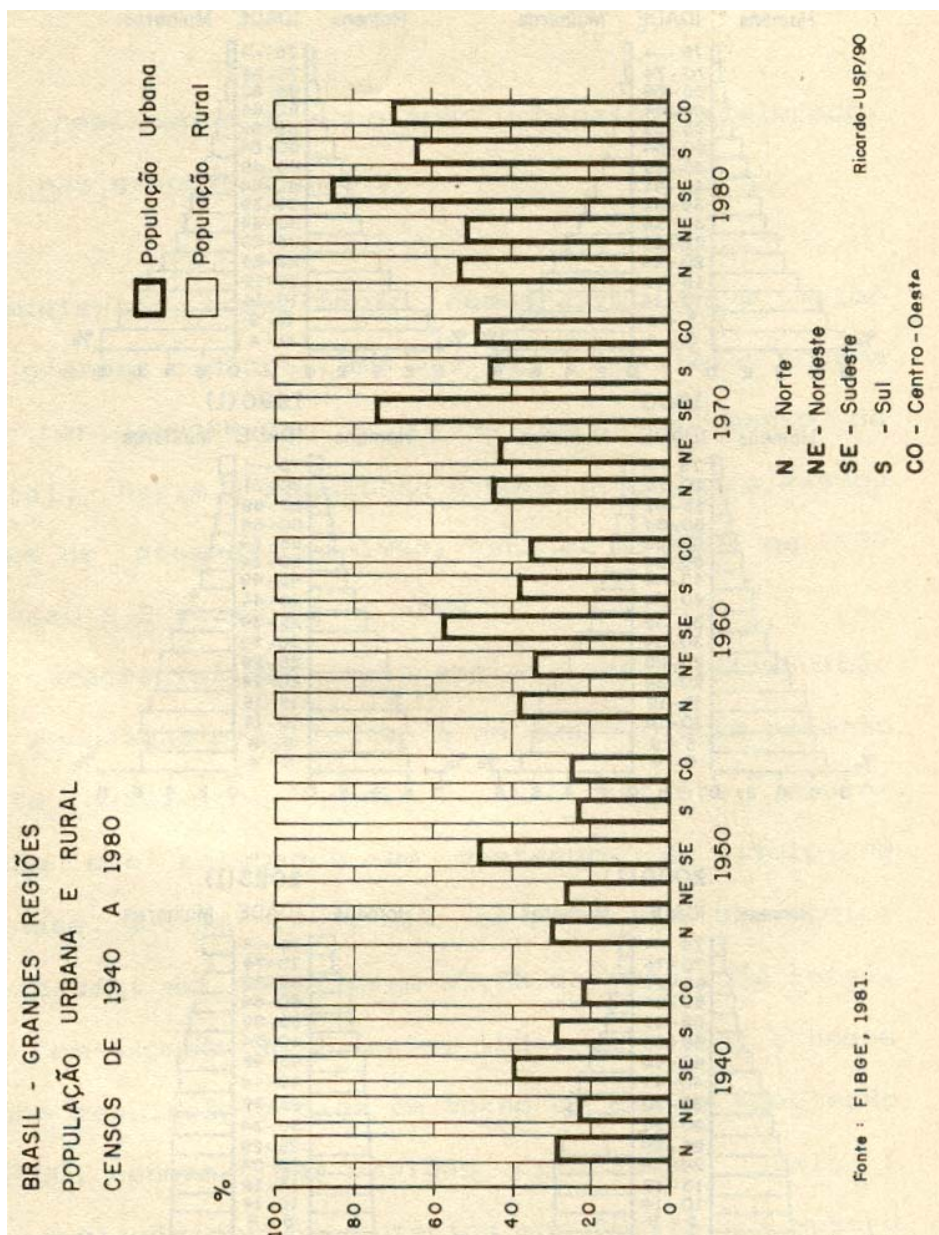
As características mais amplas, da distribuição espacial da população brasileira e de sua evolução poderão ser facilmente notadas na Tabela 1. Não obstante, alguns dados poderão ser colocados em destaque, a título de ilustração: note que em 1940, 31% da população brasileira vivia nas cidades, em 1980, eram 67,5% da população total. Naquele ano, com exceção do Sudeste, todas as outras grandes regiões tinham população urbana em torno de 25% da população total. Em 1980, nenhuma das Regiões citadas na Tabela 1 apresentava população urbana inferior aos 50%, o que mostra que a urbanização foi geral, em termos de Grandes Regiões (Figura 3).



**BRASIL**  
**ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO**  
**1940 - 2025**



Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ricardo - USP/90  
 Censos Demográficos: Neupert (1987). in FUNDAÇÃO SEADE, 1990.  
 (1) Estimativa



O crescimento acelerado da população urbana se deu de modo concentrado nas grandes cidades, sobretudo, nas metrópoles. Em 1940, somente as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham população superior a 1 milhão de habitantes. Em 1980, outras grandes cidades atingiram aquele total e somente as regiões metropolitanas das duas capitais mencionadas concentravam mais de 21 milhões de pessoas, o que corresponde a 18% da população total do país. A concentração da população urbana nas grandes cidades é evidente, sobretudo ser for lembrado que quase metade (42%) do total da população urbana vive nas regiões metropolitanas, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. (Tabela 2).

O crescimento acelerado da população urbana pode ser creditado a três fatores básicos. Um deles corresponde a incorporação, às áreas urbanas, de espaços antes considerados rurais; o outro é o próprio crescimento vegetativo urbano e finalmente o terceiro e mais importante corresponde a intensa migração campo-cidade, acelerada a partir de meados dos anos 50.

As correntes de migração campo-cidade eram constituídas predominantemente de jovens, menos comprometidos com a vida no campo e à procura de novas oportunidades de trabalho. Logo em seguida, esses jovens estariam em condições de procriar aumentando mais ainda as taxas de crescimento vegetativo urbano.

A procura da cidade, sobretudo da grande cidade, encontra explicação na opção por um crescimento econômico concentrado como é comum ao modelo capitalista industrial. No Brasil, a maior parte das atividades industriais desenvolveu-se nas cidades, principalmente nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre etc. Assim, a grande concentração industrial foi acompanhada pela concentração populacional nas cidades, seguida por todos os problemas decorrentes dessa situação como o desemprego e o subemprego, o favelamento, as deficiências nos serviços de saúde, educação, lazer; a carência de moradia, a poluição, os problemas de transporte urbano e tantos outros.

Decréscimo da importância relativa da população rural, com tendência recente ao decréscimo da população rural total

O recenseamento realizado em 1940, mostrou que a maior parte da população brasileira vivia no campo. Em 1980, essa situação havia se invertido de modo que em todas as Grandes Regiões a população rural representava menos da metade da população total.

A análise dos dados da Tabela 1, permite identificar duas importantes fases no processo de evolução da população rural brasileira, as quais poderão ser relacionadas como o processo de crescimento econômico acelerado com consequente industrialização do país.

A primeira fase corresponde a diminuição da importância relativa da população rural. Esse processo de “despovoamento” relativo dos campos não impediu que a população rural continuasse a crescer em números absolutos, embora esse crescimento tenha sido em ritmo menos acelerado que o crescimento da população urbana (Ianni, 1984).

O aumento da população rural nesta fase em que se iniciou a sua diminuição relativa, se deve à manutenção das altas taxas de crescimento populacional rural, por algum tempo após o início do processo de migração campo-cidade e isso foi capaz de abastecer os centros urbanos e ainda manter positivo o crescimento populacional rural. No Brasil, como em quase todas as partes do mundo, as taxas de crescimento populacional rural são elevadas, as famílias procriam mais cedo e



são mais numerosas porque a família grande significa, principalmente, mais braços para o trabalho.

Tabela 1 – População total e rural das regiões Brasileiras e do Estado de São Paulo – 1940 a 1980, em mil habitantes

Brasil/Regiões	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil	41.236	51.944	70.992	94.508	119.099
Rural	28.356	33.161	38.987	41.603	39.137
%	68.7	63.8	54.9	44.0	32.3
Norte	1.462	1.844	2.601	3.650	6.028
Rural	1.056	1.263	1.618	2.001	2.925
%	72.2	68.5	62.2	54.8	48.5
Nordeste	14.434	17.973	22.428	28.675	35.419
Rural	11.052	13.228	14.748	16.694	17.459
%	76.6	73.6	65.7	58.2	49.2
Centro-Oeste	1.258	1.736	3.006	5.167	7.742
Rural	987	1.313	1.953	2.674	2.495
%	78.4	75.6	64.9	51.7	32.2
Sul	5.735	7.840	11.892	16.682	19.380
Rural	4.144	5.527	7.423	9.249	7.226
%	72.2	70.5	62.4	55.4	37.2
Sudeste*	18.345	22.548	31.062	40.331	
Rural	11.113	11.827	13.244	10.984	52.580
%	60.5	52.4	42.6	27.2	17.1
Estado de S. Paulo	7.180	9.134	12.974	17.958	25.375
Rural	4.012	4.330	4.824	3.526	2.880
%	55.9	47.4	37.1	19.6	11.3

Fonte: FIBGE – Sinopse preliminar do Censo Demográfico, Brasil, 1980.

\* Inclui o Estado de São Paulo.

Organizado pelos autores

Tabela 2 – Brasil. Evolução da população nas áreas metropolitanas, nas cidades e nos municípios sede dessas áreas – 1940 – 1980, em milhões de habitantes

	Municípios		Cidade	Região Metropolitana
	1940	1980	1980	1980
1. Rio de Janeiro	1,764	5,183	5,093	9,018
2. São Paulo	1,326	8,587	7,034	12,588
3. Belo Horizonte	0,211	1,822	1,442	2,541
4. Salvador	0,290	1,531	1,496	1,722
5. Fortaleza	0,180	1,388	0,649	1,581
6. Recife	0,348	1,240	1,184	2,348
7. Brasília	-	1,203	0,411	-
8. Porto Alegre	0,272	1,158	1,109	2,232
9. Curitiba	0,140	1,052	0,844	1,441
10. Belém	0,206	0,949	0,758	1,000

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos – 1940 – 1980.

A segunda fase corresponde a diminuição da população rural em números absolutos a qual está associada, também, à diminuição da mão-de-obra empregada nas atividades agrárias. Essa é a fase que corresponde a o despovoamento propriamente dito do campo, com diminuição das reservas de população rural. Tiveram grande importância nesta fase a adoção e expansão generalizada das técnicas agrícolas poupadoras de mão-de-obra, a concentração da renda e da propriedade da terra que aceleraram a expulsão dos pequenos produtores, sejam eles proprietários, sejam eles proprietários, arrendatários ou parceiros. Outro fator de peso diz respeito ao envelhecimento da população que se manteve no campo, uma vez que as levadas de migrantes eram, desde a fase anterior, predominantemente constituídas de jovens (Martine e Garcia, 1987; Ceron, 1985).

Essa fase aconteceu no Brasil, como um todo, na década dos 70, quando a população rural que vinha aumentando gradativamente, diminuiu em 5,9%. É provável, entretanto, que alguns Estados brasileiros, da Região Norte e Nordeste, não tenham ainda entrado nesta fase e continuem experimentando aumentos de população rural.

O Estado de São Paulo teve um desempenho precoce. Sua população rural diminuiu 26,9%, nos anos 60 e mais 18,3% nos anos 70, de modo que, em 1980, o Estado apresentava um percentual de população rural muito semelhante aos países mais desenvolvidos e industrializados. Para essa situação, contribuíram fatores relacionados ao processo de desenvolvimento econômico do Estado que se industrializou mais cedo, em face da acumulação mais precoce do capital, para o qual contribuiu muito o dinamismo da economia cafeeira de exportação. A agricultura de São Paulo foi tecnificada mais precocemente, acompanhando de perto o processo de industrialização (Ceron, 1985; Rossini, 1988).

Intensificação da mobilidade espacial da população rural

Principalmente a partir da Segunda Grande Guerra, a população rural brasileira tem mostrado intensa mobilidade espacial. A migração campo-cidade, acompanhando a industrialização e a tecnificação da agricultura, a partir dos anos 50, é um bom exemplo.

O migrante abandonou o campo porque o crescimento industrial e urbano lhe ofereceu condições mais aceitáveis de sobrevivência, frequentemente apenas uma promessa que, em muitos casos, acabou se tornando uma realidade. Ele procurou todas as cidades, em especial e com maior intensidade, aquelas de crescimento mais dinâmico, como as do Sudeste, que ampliaram, de maneira mais espontânea as oportunidades de emprego. Em outros casos, com em Manaus, a atração sobre os migrantes se deu pela dinamização das atividades industriais e comerciais em grande parte induzidas pelo Estado com a criação da Zona Franca.

Menos intensa mas não menos grave do ponto de vista das tensões sociais que as acompanham, a migração campo-campo se constitui em outro tipo de mobilidade espacial da população rural diferente também pelas causas que a acarretam.

No Brasil tem sido a construção de grandes usinas hidroelétricas, a expulsão dos posseiros em virtude da expansão do capitalismo nas áreas de fronteira agrícola, a procura de novas terras para serem apropriadas ou de promessa de novas terras em áreas de fronteira agrícola, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia. Para isso contribuiu muito a política de criação dos grandes Projetos de Colonização Agrícola, apoiados pelo Governo, com a abertura da fronteira agrícola da Amazônia nos anos 70. Nesta década, as Regiões Norte e Centro-Oeste tiveram taxas de incremento populacional total respectivamente de 5% e 4% ao ano, superior a média brasileira que foi de 2,48% (Ceron, 1985).

### **Bibliografia consultada**

CERON, Antonio O. Distribuição da Terra Agrícola e a Questão da Reforma Agrária no Brasil. In: Geografia. Vol. 10, no. 20, out. 1985. Associação de Geografia Teórica, Rio Claro, p. 1-35.

FUNDAÇÃO IBGE- Brasil – Censos Demográficos.

FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE). O Idoso na Grande São Paulo. Fundação SEADE, São Paulo, 1990.

IANNI, Octávio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. Brasiliense, São Paulo, 1984.

MARTINE, George e CAMARGO, L. Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes. In: Revista Brasileira e de Estudos Populacionais. Vol. 1, no. 2, jan/dez. 1984, Associação Brasileira de Estudos.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo C. Os impactos da Modernização Agrícola. Editora Caetés, São Paulo, 1987.

ROSSINI, R. Ester. Dinâmica Atual do Processo Migratório no Brasil. In: Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano. Centro Studi Emigrazione, Roma, 1987, p. 403-422.

ROSSINI, R. Ester. Geografia e Gênero: A mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de Livre-Docência apresentada na FFLCH/USP. (mimeo).